

Notas sobre pandemia e saúde quilombola: experiências a partir do Ceará

ANA MARIA EUGÊNIO DA SILVA

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção,
Ceará, Brasil
anaeugenio.v@gmail.com

ANTONIO JEOVANE DA SILVA FERREIRA

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção,
Ceará, Brasil
jeovanesilvaferreira@gmail.com

JOÃO LUIS JOVENTINO DO NASCIMENTO

Pesquisador Independente, Redenção, Ceará, Brasil
joaodocumbe@gmail.com

FRANCISCO LEVY FREITAS RAFAEL

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção,
Ceará, Brasil
levyfreitas@live.com

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v29isuplp235-243

resumo No Brasil, os povos originários e a população negra, especialmente as comunidades quilombolas, vêm sofrendo acentuadamente por serem grupos vulnerabilizados diante da conjuntura produzida pela pandemia de COVID-19, ocupando posições alarmantes nos índices de mortalidade pela doença. Este artigo tem como objetivo central refletir os impactos da pandemia sobre as comunidades quilombolas no estado do Ceará, traçando um panorama a partir da realidade vivida em diferentes regiões cearenses e que partem especificamente do Quilombo Sítio Veiga (Sertão Central), Quilombo de Alto Alegre (Região Metropolitana) e do Quilombo do Cumbe (Litoral Leste). Como pressupostos metodológicos, alinhavamos em sua construção os relatos etnográficos, frutos das vivências *in loco* dos próprios autores, que também são pesquisadores da temática, lideranças e moradores das respectivas comunidades quilombolas.

palavras-chave Quilombos. Ceará. Pandemia. COVID-19.

Notes about the quilombola's health and the pandemic: experiences from Ceará, Brazil

abstract In Brazil, black and indigenous people, especially quilombola communities, stand out as vulnerable groups in the context of the COVID-19 pandemic. These subjects occupy high positions in the mortality rates of the pandemic. The article aims to reflect the impacts of this pandemic on the quilombola communities in the Brazilian state of Ceará. It makes an overview of realities in different regions of Ceará and specifically those people living the Quilombo Sítio Veiga (Sertão Central), Quilombo de Alto Alegre (metropolitan area of the capital) and Quilombo do Cumbe (East Coast). As methodological assumptions, it presents an ethnographic account based on the authors' experiences, as researchers, representatives, and residents of the respective quilombola communities.

keywords Quilombos. Ceará. Pandemic. COVID-19.

La pandemia y la salud de los quilombolas: experiencias desde Ceará, Brasil

resumen En Brasil, los pueblos nativos y la población negra, especialmente las comunidades quilombolas, han sufrido mucho porque son grupos vulnerables ante la situación de la pandemia del COVID-19, ocupando posiciones alarmantes en las tasas de mortalidad por el COVID-19. En este sentido, el presente artículo tiene como objetivo central reflejar los impactos de esta pandemia en las comunidades quilombolas del estado de Ceará, trazando un panorama de la realidad vivida en diferentes regiones de Ceará y que parten específicamente del Quilombo Sítio Veiga (Sertão Central), Quilombo de Alto Alegre (Región Metropolitana) y Quilombo do Cumbe (Costa Este). Como supuestos metodológicos el artículo presenta la descripción etnográfica desde nuestras como investigadores, líderes y residentes de las respectivas comunidades quilombolas.

palabras clave Quilombos. Ceará. Pandemia. COVID-19.

Introdução

Tendo passado alguns meses desde o início de um novo ano, todos nós nos vimos forçados a repensar a “normalidade” e nos reorganizar dentro de nossas esferas pessoais e espaciais. Isso se deu em virtude do surgimento de uma doença altamente infecciosa, a COVID-19, causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), até então desconhecida nas catalogações patológicas. No contexto da precariedade dos modelos terapêuticos e da inexistência de cura para a doença nova, o distanciamento social, concomitante as práticas básicas de higiene, foram preconizadas como medidas mais eficazes contra o seu contágio e transmissão.

A pandemia, anunciada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, tem colocado em suspensão os discursos neoliberais até então defendidos por representantes governamentais como, por exemplo, a ausência de investimentos em serviços públicos de saúde. Apesar de sua expansão em escala quase global, é possível notar

que seu alastramento, principalmente nas Américas, tem revelado outro panorama que, aliado às desigualdades e a pobreza, tem afetado especialmente determinados grupos étnico-raciais e sociais.

Países como Estados Unidos e Colômbia já apontam que as populações negras e indígenas têm sido grupos mais vulneráveis à COVID-19, ocupando assim altos índices de mortalidade. Não diferentemente disso, no Brasil, que possui um número expressivo de povos indígenas e onde 56,10% da população é negra¹, temos visto o crescente número de casos de contaminação e óbitos nesta população.

Diante deste panorama, voltamos nossa atenção a uma parcela específica da população negra brasileira, neste caso, às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs), grupos étnico-raciais reconhecidos constitucionalmente e espacializados em quase todo o território nacional. Uma marca fundamental dos Quilombos é o seu território, o que vem sendo há muito tempo negligenciado pelo Estado brasileiro, mesmo tendo os direitos reconhecidos a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988, no art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e com o Decreto 4.887/2003 que dispõe sobre a demarcação dos territórios quilombolas. Nosso olhar se debruçará sobre as comunidades quilombolas situadas no estado do Ceará que, segundo mapeamento de 2019 organizado pela Comissão Estadual dos Quilombolas Rurais do Ceará (CEQUIRCE), somam 87 CRQs, sendo que destas apenas 52 são reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares.

Nesta perspectiva, temos como objetivo central, delinear um panorama, mesmo que sucinto, da realidade nos quilombos cearenses diante da pandemia. Para isso, alinhavamos na construção textual três relatos etnográficos que partem de diferentes regiões do Ceará, especialmente do Quilombo Sítio Veiga (Sertão Central), Quilombo de Alto Alegre (Região Metropolitana) e do Quilombo do Cumbe (Litoral Leste). Cada um destes relatos é fruto das vivências *in loco* dos próprios autores, que também são pesquisadores da temática, lideranças e moradores dos respectivos quilombos. A seguir, traçaremos um pouco da trajetória dessas três comunidades quilombolas observando os desafios enfrentados no acesso à saúde, assim como cenas da vida cotidiana relacionadas às medidas protagonizadas e os desafios para conter o avanço da COVID-19 em seus respectivos territórios.

Quilombo Sítio Veiga, Quixadá

A Comunidade dos Remanescentes de Quilombolas do Sítio Veiga localiza-se a 6km do Distrito de Dom Maurício, município de Quixadá - CE, distante ainda 26km da sede do município. Quixadá, por sua vez, é um dos municípios que compõe o Sertão Central cearense e está a 180 km de distância da capital, Fortaleza.

¹ A população negra no Brasil é composta pela somatória entre autodeclarados pretos e pardos, segundo critérios do IBGE. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2019.

O Quilombo Sítio Veiga é composto por 42 famílias, sendo que nelas há pelo menos um membro familiar que se enquadra no grupo de risco vulnerável à COVID-19. São idosos com complicações múltiplas com doenças crônicas como diabetes, hipertensão ou Alzheimer, juntamente com crianças e adultos portadores de necessidades especiais. Além disso, há outro complicador no atendimento às recomendações de distanciamento social, haja vista que as residências estão dispostas próximas umas às outras, aglomeradas, pois ainda não possuem a posse definitiva do território.

Segundo dados da Associação dos Remanescentes Quilombolas do Sítio Veiga, os primeiros que chegaram ao território que hoje é reivindicado foram Maria Fernandes, conhecida como Mãe Véia e seu esposo Chiquinho Ribeiro, conhecido como Pai Xingano. Ambos vieram fugidos de Paus dos Ferros, município localizado no estado do Rio Grande do Norte, em meados de 1906.

Ao chegar, além de sua força de trabalho, trouxeram consigo um vasto conhecimento sobre a terra, plantas e ervas medicinais, sementes crioulas e a dança de São Gonçalo. Todo esse legado é repassado de geração para geração como forma de luta e manutenção da vida, da cultura no quilombo. As famílias são compostas por dois troncos, os Eugênios, conhecidos como os Bar, e os Ribeiros conhecidos como os Rosenos. Juntas elas somam a sexta geração quilombola.

As famílias vivem da agricultura de subsistência, produzindo para alimentar a família e seus animais de pequeno e médio porte. Quando há excedente, este é negociado dentro e fora do quilombo. Por não terem ainda a posse de seu território, as famílias plantam nas terras não desapropriadas e são obrigados a pagar a renda com parte da produção e as forragens que são destinadas aos animais dos ditos. As sementes crioulas são zeladas e os conhecimentos sobre sua diversidade são repassados ao longo das gerações.

Quanto ao acesso à saúde, este fica por conta do posto de saúde, localizado no distrito, distante 6km da comunidade e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), na sede do município, a aproximadamente 26km de distância. Além disso, os veículos disponibilizados pela Secretaria de Saúde não chegam ao quilombo, sendo necessário, em caso de serem acometidos com alguma doença, que estes arquem com os custos do deslocamento e a depender do horário o valor cobrado tende a ser mais alto.

No contexto da pandemia, o Quilombo Sítio Veiga tem juntando vozes das famílias quilombolas, em particular as vozes das mulheres², para tentar impedir que a pandemia chegue ao território. Para tanto, foram desenvolvidas ações de combate e enfrentamento à pandemia, como conversas sobre prevenções e cuidados por meio do *WhatsApp*, confecção de máscaras, articulação para aquisição de alimentação e produtos de higienização.

Proteger a vida dos mais novos e, sobretudo, de nossos troncos velhos, tem sido nossa maior preocupação, visto que os últimos são fonte de sabedoria, são nossas

² Para outras produções relacionadas às mulheres do Sítio Veiga e saúde quilombola ver Silva (2018) e Costa (2020).

bibliotecas ambulantes, são história vivas e atuantes em nosso meio. A saúde da população negra importa, as vidas quilombolas importam e devem ser zeladas por toda a sociedade. Por estes motivos, e por ser uma comunidade quilombola do campo e seu território ser distante do centro da cidade, é necessário que ações sejam realizadas pelo poder público, respeitando as particularidades destes povos e ainda que atuem em defesa e manutenção da vida desta população dentro de seus territórios.

Quilombo de Alto Alegre, Horizonte

A comunidade quilombola de Alto Alegre, localizada no distrito de Queimadas, zona rural do município de Horizonte, é uma das 15 comunidades quilombolas situadas na região metropolitana de Fortaleza – CE, certificada pela Fundação Cultural Palmares em maio de 2005. Sua origem relaciona-se, em síntese, ao protagonismo de Negro Cazuzá, africano, ex-cativo e seu ancestral-fundador que, em um enlace matrimonial com uma indígena da etnia Paiacu, constituiu os primeiros troncos familiares do qual descendem aproximadamente 320 famílias³.

A trajetória de Alto Alegre é atravessada em diferentes momentos por obstáculos que, recuperados através da memória dos mais velhos, descrevem os “*tempos ruins*” vividos no passado, sendo estes marcados pelo enfrentamento às secas, a falta de alimentos, os episódios de fome e os elevados casos de mortalidade infantil, decorrentes da falta de acesso às políticas públicas de saúde. Essa foi, por muitas décadas, um dos maiores obstáculos a serem driblados coletivamente, sendo contornados principalmente pelo uso de ervas medicinais e outras modalidades de terapêuticas – ainda em vigor.

A guinada no acesso à saúde ocorreu de forma tardia. Em décadas anteriores e em casos de doenças mais graves, fazia-se necessário ir até o município vizinho, Pacajus, a fim de conseguir atendimento médico. A problemática maior estava no deslocamento, pois não havia transporte e, portanto, era necessário ir a pé. A situação passou a melhorar a partir da oferta do serviço de saúde na localidade de Queimadas e que, posteriormente, foi aproximado da comunidade em um prédio provisório até a construção da Unidade Básica de Saúde Maria do Carmo Nogueira (UBS Carminha Nogueira), inaugurada em 2008.

Localizada dentro do território quilombola, a UBS contempla não apenas às famílias quilombolas, mas também outras localidades circunvizinhas que fazem parte do Distrito de Queimadas. Mesmo dispondo de uma unidade de saúde que garante o atendimento médico, diferentemente da realidade de outras comunidades quilombolas, um grande obstáculo ainda precisa ser driblado: a invisibilidade das demandas e o não reconhecimento das especificidades da saúde quilombola. Isto, pois, não há nenhum tipo específico de atendimento diferenciado ou ações neste viés, qualificando-a, portanto, como

³ Dados extraídos do Mapeamento das Comunidades Quilombolas do Estado do Ceará (2019). Neste quantitativo não está incluso as 143 famílias que vivem na comunidade quilombola da Base, localizada no município de Pacajus – CE, que apesar de estar situada em outro município partilha dos mesmos marcadores identitários.

uma unidade de saúde convencional o que desencadeia outras problemáticas que, no contexto da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), se intensificam.

Passados quase dois meses desde o Decreto nº 33.510, de 16 de março de 2020, que instituiu a situação de emergência em saúde no Ceará, juntamente com a intensificação das medidas de enfrentamento à infecção pelo novo coronavírus, como o distanciamento social, poucas medidas foram adotadas em âmbito municipal no sentido de prevenir os impactos da pandemia sobre a saúde quilombola. Não houve, até o momento, iniciativas por parte da equipe de saúde local/municipal no sentido de maximizar o entendimento acerca da doença, tampouco as medidas de prevenção.

Ademais, para além das cestas básicas distribuídas no mês de março pelo CRAS Quilombola, direcionadas às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica e alimentar, dos “kits” de alimentação feitos a partir da merenda escolar e entregue aos pais dos alunos e também de 125kg de alimentos recebidos via Mesa Brasil, partindo de esforços da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial (CEPPIR), nenhum outro tipo de reforço seja com máscaras ou produtos de higiene foram encaminhados à comunidade por parte do governo municipal, sinalizando para a invisibilidade diante das medidas de prevenção e combate ao novo coronavírus no Quilombo.

As preocupações têm aumentado de maneira exponencial, principalmente devido à vertiginosa expansão dos casos da COVID-19 na região metropolitana e no próprio município de Horizonte. Mais ainda pelo fato de que, diante dessa conjuntura, tivemos o primeiro caso confirmado de contaminação pelo novo coronavírus, felizmente já recuperado, sendo o primeiro do estado do Ceará em comunidades quilombolas – o que, por sinal, sequer teve destaque nos boletins epidemiológicos locais.

Quilombo do Cumbe, Aracati

O Quilombo do Cumbe está situado no município de Aracati, litoral leste do Ceará, última comunidade na margem direita do Rio Jaguaribe e certificado pela Fundação Cultural Palmares em dezembro de 2014. De maioria negra/quilombola, a comunidade é formada por 163 famílias, destas 92 se autodefinem como quilombolas, sendo composta na sua maior parte, por quilombolas pescadores/as do mangue, agricultores/as, artesãos/ãs e demais ofícios, tendo íntima e vital relação com o manguezal, os rios, campos de dunas e a praia.

Sobre a origem do nome Cumbe, Ratts (2000, p. 24) assim diz: “Cumbe palavra de origem africana ou afro-brasileira que significa quilombo. Cumbe é o nome que, na Venezuela, se dá aos quilombos – comunidades formadas por negros no período escravista”. Para D’Salette, Cumbe tem outros significados: “Nas línguas congo/angola tem os sentidos de sol, dia, luz, fogo e força trançada ao poder dos reis e à forma de elaborar e compreender a vida e a história” (D’SALETE, 2014, p 171). No século XIX e em meados do XX, ficou conhecido no Ceará inteiro por produzir aguardente. A cachaça produzida nos

sítios e engenhos do Cumbe era afamada em todo estado (SOUSA, 1922). Na zona canavieira trabalhavam nove engenhos de diferentes donos produzindo cachaça e rapadura (LIMA, 1979). Atualmente os sítios e engenhos foram soterrados pelo avanço do campo de dunas sobre a comunidade.

Durante esse período de pandemia algumas atividades foram paralisadas como as aulas na escola, reuniões da associação, missas, cultos, partidas de futebol e o tradicional forró nos fins de semana. Nossa existência tem se dado, dia a dia, através das relações comunitárias, além dos laços estabelecidos com a natureza. Essas territorialidades são importantes para a manutenção das nossas práticas culturais, saberes, modos de fazer e bem viver. Somos uma extensão do território quilombola, da mesma forma que dependemos dele, acreditamos que ele também depende de nós.

Temos hábitos e costumes que necessitam de proximidade, como o ato de “comer no mato” – pirão comunitário que comemos juntos, partilhando o mesmo prato uns com os outros, mas diante das recomendações de distanciamento tem ficado à margem. Vivemos em uma região que mais sofre com os conflitos socioambientais causados pelas políticas econômicas, como a criação de camarão em cativeiro no ecossistema manguezal, a instalação de empresas para geração de energia eólica no campo de dunas e faixa de praia, o turismo de massa que maximiza a prostituição e o aumento do tráfico de drogas ilícitas, além da especulação imobiliária, a grilagem de terra e o fluxo de veranistas na comunidade. Somos um povo que vivencia constantes processos vulnerabilizações, estando assim suscetíveis a todos os tipos de doenças, que se intensificam diante das dificuldades no acesso à saúde. Há um posto de atendimento médico no território que deveria funcionar a cada 15 dias, com a presença de uma equipe direcionada a esse fim. Contudo, isso não acontece. Caso alguém fique doente, é necessário ir até a sede do município, 12km distante da comunidade, para ser atendido em uma unidade básica de saúde convencional que atende diferentes usuários, não tendo nenhuma especificidade em relação à saúde quilombola.

Atualmente, enquanto alguns de nós estamos em isolamento social, cuidando da nossa proteção e dos demais, a empresa de energia eólica continua normalmente com suas atividades, não sabemos e desconhecemos sobre as medidas de prevenção adotadas por eles para proteger também nossas vidas, já que a maior parte das pessoas que trabalham no parque eólico são de regiões como Fortaleza, São Paulo e outras cidades do Brasil e do exterior, epicentros da pandemia. Em decorrência disso, o Cumbe tem uma rotina bastante movimentada, com um intenso trânsito de não quilombolas no território.

Desde que foi decretado o distanciamento social pelo governo Municipal e Governo Estadual do Ceará, temos nos organizado para conter a chegada da pandemia do coronavírus nos nossos territórios. Desta forma, após a comunidade ter decidido colocar uma barreira de contenção sanitária na Ponte da Canavieira – que dá acesso ao Cumbe – controlando assim a entrada de não quilombolas na comunidade, surgiram muitas críticas nas redes sociais e entre moradores da comunidade, insatisfeitos com a iniciativa. Neste

contexto, solicitamos a um dos parceiros nesta luta, como o Conselho Pastoral dos Pescadores/as – CPP, para mediar um diálogo com as instituições de defesa dos Direitos Humanos, como a Ouvidoria Externa da Defensoria Pública Estadual – DPE, para apresentar medidas de contenção à COVID-19.

Algumas (in)conclusões

As narrativas que dão forma às três experiências sublinhadas, apesar de partirem de pontos espacialmente distintos, trazem consigo características convergentes ao evidenciar as problemáticas enfrentadas durante esta pandemia, particularmente quanto ao tom de denúncia frente à violação dos direitos humanos, especialmente no que diz respeito aos territórios quilombolas, assim como a ausência de políticas públicas de saúde direcionadas ao atendimento das especificidades quilombolas.

Tais ausências que se acentuam diante da inobservância por parte do poder público, têm se acirrado com o advento da pandemia, onde preocupações como o distanciamento dos postos de atendimento médico e a carência de materiais de prevenção e cuidado pessoal vêm exigindo o protagonismo quilombola, requerendo assim a mobilização interna no sentido de confeccionar suas próprias máscaras e distribuí-las coletivamente, assim como a construção de barreiras sanitárias para impedir o trânsito de não quilombolas nos respectivos territórios.

Enquanto isso, temos acompanhado o crescimento paulatino do número de infectados não só nas comunidades quilombolas no Ceará, mas em todo o Brasil, alcançando hoje⁴, segundo dados da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), 203 casos confirmados, 36 em monitoramento e 50 óbitos.

Um ponto a ser destacado quanto a este último dado é que no Ceará tivemos o primeiro óbito por COVID-19, no início de abril, de um ancião quilombola, na Comunidade de Caetanos de Capuan, no município de Caucaia, região metropolitana de Fortaleza. A apreensão, portanto, tem aumentado no que diz respeito à saúde e aos cuidados dos mais velhos, apontados como grupo de risco e que merecem atenção redobrada, pois estes são griôs, fonte de conhecimento e ensinamentos ancestrais, indispensáveis para a identidade e a manutenção da vida nos territórios quilombolas. Assim, como bem disse Amadou Hampâté Bâ, importante escritor malinês, “Na África, cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima”, nos quilombos também.

Referências Bibliográficas

COSTA. Denise da. (2020). “Utopias afro-indígenas, distopias pandêmicas: o caso da UNILAB Ceará”. Observatório CEMI/PPGAS/Unicamp. N. 42.

⁴ Dados da CONAQ, apresentados no Observatório da COVID-19 nos Quilombos em 29/05/2020. Acessar: <https://quilombosemcovid19.org/>.

- D'SALETE, Marcelo. *Cumbe*. São Paulo: Veneta, 2014.
- LIMA, Abelardo. (1979). *Terra Aracatiense*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará - IOCE.
- RATTS, Alex. (2000). "A 'fábula das três raças' no Vale do Jaguaribe". In: *Propostas Alternativa*, n. 07. Fortaleza: IMOPEC.
- SOUSA, Eusébio de. (1922). *Álbum do Jaguaribe*: comemorativo da passagem do primeiro centenário da independência do Brasil. Belém: Empreza Graphica Amazônia.
- SILVA, Ana Maria Eugênia. (2018). *Enfrentamento e superação do câncer de mama*: narrativa autobiográfica de uma mulher negra quilombola. 56f. Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado em Serviço Social. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará.

sobre os autores

Ana Maria Eugênio da Silva

Mulher preta, quilombola, militante do movimento Quilombola do Ceará. Bacharel em Serviço Social (UECE), graduanda em Antropologia e mestranda interdisciplinar em Humanidades/UNILAB-Ce.

Antonio Jeovane da Silva Ferreira

Mestrando pelo Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia (UFC/UNILAB). Bacharel em Humanidades (2017) e graduando em Antropologia (UNILAB). É bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP)

João Luis Joventino do Nascimento

Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará e Graduado em Ciências da Religião pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2008)

Francisco Levy Freitas Rafael

Artista audiovisual, graduando em Antropologia (UNILAB) e Mestre em Geografia (PPGe/UFRN).

Recebido em 31/05/2020

Aceito para publicação em 19/08/2020